

MINISTÉRIO
DA SAÚDE



ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE SAÚDE ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

(ROTEIRO)



PRAIA, JULHO DE 2023

MINISTÉRIO
DA SAÚDE

GOVERNO DE
**CABO
VERDE**
A TRABALHAR PARA TODOS.



Ministério
da Saúde



ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE SAÚDE ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

Cabo Verde / 2023

FICHA TÉCNICA

Título:

ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE SAÚDE ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

Ministra da Saúde:

Dra Filomena Gonçalves

Conselho de Administração do Instituto Nacional de Saúde Pública:

Maria da Luz Lima

Júlio Monteiro Rodrigues

Edna Duarte Lopes

Equipa técnica de seguimento:

Júlio Monteiro Rodrigues – Administrador Executivo do INSP e coordenador nacional do projeto

Antónios Kolimenakis – Técnico OMS HQ - Projeto ATACH (Alliance for Transformative Action on Climate and Health) – HEP/ECH/CCA

Edith Pereira – Administradora Nacional para a Promoção da Saúde e Determinantes Sociais da Saúde no Escritório da OMS em Cabo Verde

Ethel Rodrigues – Diretora Nacional do Ambiente

Inês Mourão – Coordenadora Técnica do Programa Ação Climática Cabo Verde

Maria da Luz Lima – Presidente do Instituto Nacional de Saúde Pública

Revisão:

Antónios Kolimenakis – Técnico OMS HQ - Projeto ATACH (Alliance for Transformative Action on Climate and Health) – HEP/ECH/CCA

Aderita Sena – Técnica da OMS HQ – HEP/ECH/CCA

Consultoria:

Manuel Adilson Fragoso

Nuno Ribeiro

Assistência técnica e financeira:



PREFÁCIO

As alterações climáticas vêm causando graves problemas na saúde das populações a nível global, regionais e nacionais, causando ou agravando doenças, aumentando a mortalidade e impulsionando as desigualdades.

Os pequenos estados insulares em desenvolvimento como Cabo Verde apresentam vulnerabilidades acrescidas em relação às mudanças climáticas. Para fazer face a essas vulnerabilidades é preciso reconhecer a importância de se criar e implementar mecanismos para reduzir de forma continuada os efeitos das mudanças climáticas na saúde.

O Governo de Cabo Verde vem adotando e implementando as principais medidas de políticas de âmbito internacional, regional e nacional para fazer face aos efeitos das mudanças climáticas no setor saúde, entre as quais, a ratificação da convenção quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a ratificação do protocolo de Kyoto, a adoção da Resolução Quadro Operacional para Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas, a ratificação do Acordo de Paris, a elaboração e implementação do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.

No programa da saúde da 26ª Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP 26), o compromisso dos países focava na construção de sistemas de saúde resilientes e sustentáveis de baixa emissão de carbono.

No âmbito da conferência, o Governo de Cabo Verde comprometeu-se a:

- i) proceder a avaliação de linha de base das emissões de gases de efeito estufa nas principais instalações do serviço nacional de saúde;
- ii) elaborar e publicar um plano de ação que define as estratégias de desenvolvimento de um sistema de saúde sustentável e de baixo carbono.

Nessa linha e para a construção de um sistema nacional de saúde ecologicamente sustentável, o país atualizou o plano nacional de Adaptação da Saúde às mudanças climáticas e elaborou o roteiro do Ministério da

Saúde para um sistema de saúde, clima resiliente, sustentável e de baixo carbono, como instrumentos de grande relevância no processo de resiliência e adaptação da saúde pública às mudanças climáticas no país.

Realça-se ainda a elaboração do Plano Nacional de Gestão de Resíduos Hospitalares e diversas atividades realizadas e criação de espaços de diálogo e concertação sobre a vulnerabilidade do sector da saúde face aos riscos das mudanças climáticas. para reforçar as capacidades técnica e operacional dos intervenientes no domínio das Mudanças Climáticas e Saúde

A Ministra da Saúde

Dra Filomena Gonçalves

AGRADECIMENTOS

A elaboração do Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas 2023–2027 (PNSMC) e do roteiro do Ministério da Saúde para um sistema de saúde, clima resiliente, sustentável e de baixo carbono, designado aqui, Estratégia para o Desenvolvimento de um Sistema de Saúde ecologicamente sustentável, teve como base o compromisso do Ministério da Saúde de Cabo Verde na 26ª Cúpula Climática da Organização das Nações Unidas – Conferência das Partes (COP 26).

O processo contou com a colaboração de um grupo técnico multissetorial coordenado pelo Instituto Nacional de Saúde Pública, sendo liderado pelo seu Administrador Executivo, ponto focal do Ministério da Saúde para o Ambiente, Dr Júlio Rodrigues. Contou também com um grande apoio da Direção Nacional do Ambiente bem como o apoio técnico-financeiro da OMS – AFRO e do Escritório da Organização Mundial da Saúde em Cabo Verde, que participaram ativamente na pesquisa, revisão e compilação de documentos e dados que serviram de base para estes documentos.

Os meus sinceros agradecimentos às Entidades e Instituições anteriormente referidas, assim como a todas as organizações e instituições parceiras nomeadamente do Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Ambiente, Ministério da Administração Interna, Ministério da Defesa, Ministério das Finanças, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, Presidência da República, Agência de Aviação Civil, Aeroportos e Segurança Aérea, Instituto Marítimo Portuário, Programa Ação Climática – LuxDev, Universidades, Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, Unidade de Cidades Saudáveis de Cabo Verde, Municípios, Cruz Vermelha de Cabo Verde, Associação para a Defesa do

Ambiente e Desenvolvimento, Inpharma, Escritório das Nações Unidas em Cabo Verde e, particularmente, o Escritório da Organização Mundial da Saúde em Cabo Verde pela dedicação incansável ao desenvolvimento deste plano.

Reconhecemos o vosso trabalho neste percurso e contamos desde já com o vosso contínuo apoio na mobilização de recursos e execução das atividades programadas.

Um bem-haja a todos.

Maria da Luz Lima

Presidente do Instituto Nacional de Saúde Pública

Ver Anexo para a lista completa de colaboradores no desenvolvimento dos documentos.

ÍNDICE

Conteúdo

PREFÁCIO	5
ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES.....	9
DEFINIÇÕES	11
1. INTRODUÇÃO	17
2.CONTEXTO - SECTOR DA SAÚDE E CRISE CLIMÁTICA.....	20
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA DESENVOLVER A ESTRATÉGIA	26
3.1. COMPROMISSOS DE CABO VERDE NO ÂMBITO DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA DE SAÚDE COP26.....	27
4. VISÃO, OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA	28
4.1. Visão	29
4.2. Objetivo Geral.....	29
4.3. Objetivos Específicos	29
4.4. Princípios Orientadores	30
5. EIXOS ESTRATÉGICOS PILARES TEMÁTICOS DA ESTRATÉGIA.....	33
5.1. Pilar 1: Liderança e governança da implementação dos compromissos	33
5.2. Pilar 2: Força de trabalho em saúde	34
5.3. Pilar 3: Avaliação de vulnerabilidade, capacidade e adaptação	34
5.4. Pilar 4: Monitorização de risco integrado e alerta antecipado.....	34
5.5. Pilar 5: Programas de saúde informados pelo clima	35
5.6. Pilar 6: Preparação e gestão de emergências	35
5.7. Pilar 7: Clima e financiamento da saúde	35

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	43
6.1. Nível central.....	43
6.2. Parceiros técnicos e financeiros	43
6.3. Serviços administrativos	43
6.4. Os Municípios	44
6.5. Comunidade	44
7. RISCOS E ELEMENTOS DE MITIGAÇÃO.....	45
8. ESTRUTURA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	46
8.1. Quadro institucional	46
8.2. Seguimento e avaliação	46
9. FINANCIAMENTO DO ROTEIRO.....	49
10. CRONOGRAMA.....	50
11. PERCEPTIVOS.....	57
12. RECOMENDAÇÕES	58
13. CONCLUSÕES	62
ANEXO	63

ACRÔNIMOS E ABREVIações

ANEMC-CV	Agenda Nacional
AND	Autoridade Nacional Designada
AdP	Acordo de Paris
CN	Comunicação Nacional
COP	Conferência das Partes
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC em inglês)
DCRP	Documento Estratégico para Crescimento e Redução de Pobreza
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNP	Direção Nacional do Plano
DNS	Direção Nacional da Saúde
GCF	Fundo Verde para o Clima
GEE	Gases de Efeito de Estufa
ANAS	Agencia Nacional de Água e Saneamento
IMAR	Instituto do Mar
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INGT	Instituto Nacional de Gestão do Território
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
INSP	Instituto Nacional de Saúde Pública
IPCC	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas
MAA	Ministério de Agricultura e Ambiente
MSSS	Ministério da Saúde e Segurança Social
MC	Mudanças Climáticas
MF	Ministério da Finanças

MS	Ministério da Saúde
MRV	Measuring, Reporting and Verification
NAPA	Programa de Ação Nacional de Adaptação
NAP	Plano Nacional de Adaptação
NDC	Contribuições Nacionalmente Determinadas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não Governamentais
PANA	Plano de ação Nacional para o Ambiente
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PLENAS	Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento
PNAEE	Plano Nacional de Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Energias Renováveis
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
UA	União Africana
V&A	Vulnerabilidade e Adaptação

DEFINIÇÕES

Acesso aos serviços de saúde: percepções e experiências das pessoas sobre a facilidade de acesso aos serviços de saúde ou unidades de saúde em termos de localização, tempo e facilidade de abordagem

Acessibilidade aos serviços de saúde: aspectos da estrutura dos serviços de saúde ou unidades de saúde que melhoram a capacidade das pessoas de chegar a um profissional de saúde, em termos de localização, tempo e facilidade de abordagem.

Adaptação às Mudanças climáticas: é um processo de ajustamento dos sistemas naturais e humanos a um estímulo climático observado ou antecipado, aos seus efeitos e aos seus impactos. Consiste em “iniciativas e medidas tomadas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos aos efeitos da mudança climática real ou projetada” (IPCC, 2007).

Capacidade de adaptação: Todas as capacidades, recursos e instituições de um país ou região que lhe permitem implementar medidas de adaptação eficazes. (IPCC, 2007).

Clima: Segundo a definição da Organização Meteorológica Mundial (OMM), clima é a “síntese das condições meteorológicas de uma determinada região, caracterizada pelas estatísticas de longo prazo das variáveis do estado da atmosfera”.

Cenário climático: é uma “representação provável e muitas vezes simplificada do clima futuro, baseada em um conjunto intrinsecamente coerente de relações climatológicas e estabelecida expressamente para determinar as possíveis consequências mudanças climáticas antropogênicas, que são frequentemente usadas para alimentar modelos de impacto. Um cenário de mudança climática é a diferença entre um cenário climático e o clima atual. (IPCC, 2007).

Comunicação em saúde: Uma estratégia essencial para informar o público sobre questões de saúde e manter importantes questões de saúde na mente do público. O uso de meios de comunicação de massa, multimídia e outras inovações tecnológicas para disseminar informações úteis sobre saúde aumenta a conscientização sobre certos aspectos da saúde individual e coletiva, bem como sobre a importância da saúde no desenvolvimento. (OMS - Glossário, 1999; adaptado de: Communication, Education and Participation: A Framework and Guide to Action, WHO (AMRO/PAHO), Washington, 1996)

Cobertura universal de saúde: A cobertura universal (de saúde) consiste em garantir que todas as pessoas tenham acesso aos serviços preventivos, curativos, paliativos, reabilitativos e de promoção da saúde de que necessitam e que esses serviços tenham qualidade suficiente para serem eficazes, sem que seu custo cause danos financeiros dificuldades para os usuários. (OMS, 2013)

Determinantes da saúde: Fatores pessoais, sociais, econômicos e ambientais que determinam o estado de saúde de indivíduos ou populações. (OMS - Glossário, 1999)

Efeitos adversos das mudanças climáticas: são “modificações no ambiente físico ou na biota devido às mudanças climáticas e que têm efeitos adversos significativos na composição, resistência ou produtividade dos ecossistemas naturais e manejados, no funcionamento dos sistemas socioeconômicos ou na saúde humana saúde e bem-estar. (UNFCCC, 1992).

Exposição: é a “presença de pessoas, meios de subsistência, espécies ou ecossistemas, funções, recursos ou serviços ambientais, elementos de infraestrutura ou ativos econômicos, sociais ou culturais em um local ou em um contexto suscetível a danos. (IPCC, 2014).

Evento climático extremo: um evento climático extremo é aquele que é raro dentro de sua distribuição de referência estatística em um local específico. Por definição, as características de um evento climático extremo podem variar dependendo da localização (IPCC, 2007).

Fator de risco: Situação social ou econômica, estado biológico, comportamento ou ambiente que está ligado, possivelmente por uma relação de causa e efeito, a uma maior vulnerabilidade a uma doença, a problemas de saúde ou a lesões específicas. (OMS - Glossário, 1999)

Fortalecimento do sistema de saúde: o processo de identificação e implementação de mudanças nas políticas e práticas no sistema de saúde de um país, para que o país possa responder melhor aos seus desafios de saúde e sistema de saúde. (ii) qualquer gama de iniciativas e estratégias que melhorem uma ou mais funções do sistema de saúde e levem a uma saúde melhor por meio de melhorias no acesso, cobertura, qualidade ou eficiência. (OMS - Glossário, 2011)

Incidências/consequências/impactos: Efeitos nos sistemas naturais e humanos de eventos climáticos e climáticos extremos e mudanças climáticas. Estes são geralmente os efeitos na vida das pessoas, meios de subsistência, saúde, ecossistemas, patrimônio econômico, social e cultural, serviços e infraestrutura, resultantes de suas interações com as mudanças climáticas ou fenômenos climáticos perigosos que ocorrem durante um determinado período e a vulnerabilidade da sociedade ou sistema expostos. (IPCC, 2014).

Infraestrutura de promoção da saúde: Recursos humanos e materiais, estruturas organizacionais e administrativas, políticas, regulamentos e incentivos que facilitam a ação organizada de promoção da saúde para abordar questões e desafios de saúde pública. (OMS - Glossário, 1999)

Mudanças climáticas: são "() mudanças no clima, que são atribuíveis direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que se somam à variabilidade natural do clima observada durante períodos comparáveis. (UNFCCC, 1992).

One Health: Uma abordagem integrada à saúde que enfatiza as interações entre animais, humanos e seus vários ambientes. Incentiva colaborações, sinergias e fertilização cruzada de todos os setores e atores cujas atividades podem ter impacto na saúde. (Joseph Bénie Bi Vroh, Ibrahima Seck; Public Health Review, 2016/3 (Vol.28), páginas 283-285).

Planeamento: pode ser definido como uma abordagem científica para o uso racional dos fatores de produção e a alocação de recursos com vistas a atingir objetivos específicos em um determinado tempo. Quando articula o planeamento estratégico no topo com o planeamento operacional no nível local, falamos de planeamento duplo.

Prevenção da doença: inclui medidas que visam não apenas prevenir o aparecimento da doença, como o controle dos fatores de risco, mas também deter seu progresso e reduzir suas consequências. A prevenção primária visa prevenir o aparecimento de doenças. A prevenção secundária e terciária visa interromper ou retardar a progressão de uma doença e seus efeitos por meio da detecção precoce e tratamento adequado; ou para reduzir o risco de recaída e cronicidade, por meio de uma reabilitação eficaz, por exemplo. (OMS - Glossário, 1999; Adaptado do Glossário da série "Saúde para Todos". OMS, Genebra, 1984)

Resiliência é a “capacidade dos sistemas sociais, econômicos ou ecológicos de enfrentar, reagir e reorganizar eventos, tendências ou distúrbios perigosos, de modo a manter suas funções essenciais, identidade e estrutura, mantendo sua capacidade de adaptação, aprendizado e transformação. (IPCC, 2014).

Saúde pública: esforço organizado da sociedade, principalmente por meio de suas instituições públicas, para melhorar, promover, proteger e restaurar a saúde da população por meio da ação coletiva. Inclui serviços como análise da situação de saúde, vigilância sanitária, promoção da saúde, prevenção, controle de doenças infecciosas, proteção ambiental e saneamento, preparação e resposta a desastres e emergências sanitárias e saúde ocupacional, entre outros. (OMS - Glossário, 2011)

Setor saúde: inclui serviços de saúde públicos e privados organizados (incluindo promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e atenção), políticas e atividades de serviços de saúde e ministérios da saúde, organizações não governamentais e grupos comunitários de saúde e associações profissionais. (OMS - Glossário, 1999)

Sensibilidade: “o grau em que um sistema é influenciado, positiva ou negativamente, pela variabilidade climática ou mudança climática. Os efeitos podem ser diretos (por exemplo, mudança nos rendimentos agrícolas devido à mudança no valor médio, amplitude ou variabilidade da temperatura) ou indiretos (por exemplo, danos causados pelo aumento da frequência de inundações nas áreas costeiras devido ao aumento do nível do mar). (IPCC, 2007).

Sistema de Saúde: (i) todas as atividades cujo objetivo principal é promover, restaurar e/ou manter a saúde; (ii) pessoas, instituições e recursos, organizados em conjunto de acordo com políticas estabelecidas, para melhorar a saúde da população a que servem, ao mesmo tempo em que atendem às legítimas expectativas das pessoas e as protegem contra o custo de problemas de saúde por meio de uma variedade de atividades cuja principal intenção é para melhorar a saúde. (OMS - Glossário, 2011)

Vigilância em saúde: atividade de coleta, análise, interpretação e divulgação contínua e sistemática de dados de saúde essenciais ao planejamento, implementação e avaliação de práticas de saúde pública em todas as dimensões da saúde (mortes, doenças, acidentes, saúde mental, saúde subjetiva, comportamentos de saúde; organização, uso e financiamento do sistema de saúde; etc.) e seus determinantes. (Arnaud Chiolero, Fred Paccaud, Luc Fornerod; *Revue Santé Publique*, 2014/1 (Vol. 26), páginas 75-84).

Variabilidade climática: são “Variações no estado médio e outras variáveis estatísticas (desvios padrão, frequência de extremos, etc.) do clima em todas as escalas espaciais e temporais além da variabilidade específica de fenômenos meteorológicos específicos. A variabilidade pode ser devido a processos internos dentro do sistema climático (variabilidade interna) ou a variações nas forças externas antropogênicas ou naturais (variabilidade externa). (IPCC, 2014).

Vulnerabilidade: Este é “o grau em que um sistema é suscetível, ou incapaz, de lidar com os efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo a variabilidade climática e condições climáticas extremas. A vulnerabilidade é uma função da natureza, magnitude e taxa de variação climática a que um sistema está exposto, sua sensibilidade e sua capacidade adaptativa. (IPCC, 2007).

1. INTRODUÇÃO

As Mudanças Climáticas (MC) são o maior desafio global com que a Humanidade se depara no século XXI, tendo os seus impactes a capacidade de fazer reverter décadas de desenvolvimento, com efeitos graves para os países menos desenvolvidos e as comunidades mais pobres. A luta contra as mudanças climáticas e os seus impactes é feito no âmbito da Mitigação, reduzindo as emissões dos gases com efeito de estufa, investindo na descarbonização e no aumento da eficiência da economia, tornando-a menos dependente dos recursos energéticos externos e no contexto da adaptação, implementando medidas que protejam os bens, os recursos e as pessoas, aumentando a resiliência aos impactos das Mudanças Climáticas, tendo em conta a interação com outras pressões, como socioeconômica, de governação e conjunturais.

É nesse contexto que o mundo e o país enfrentam muitos dos desafios atuais para a saúde pública. Para 2019 a OMS alerta 10 ameaças para a saúde global, envolvendo surtos de doenças, epidemias ou mesmo pandemias; doenças que poderiam ser evitáveis por vacinação (como sarampo e difteria); a resistência antimicrobiana. Além dessas ameaças mais diretamente relacionadas às doenças, há outras envolvendo determinantes sociais e ambientais da saúde, como as taxas crescentes de obesidade, sobrepeso e inatividade física; a poluição atmosférica e mudanças climáticas; os assentamentos humanos vulneráveis e a atenção primária fraca. E, para além dessas 10 ameaças, não podemos deixar de considerar também as que envolvem produtos e materiais de origem química ou radio nuclear, assim como biológicos, nos processos de produção, transporte, armazenamento e disposição final, além dos atos intencionais envolvendo terrorismo e conflitos.

Cabo verde, como signatário da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (CQNUMC) desde 1995, assumiu algumas ações a desenvolver na mitigação das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), bem como na adaptação das políticas de desenvolvimento almejando responder aos impactos das MC e promoção e cooperação em campos como a tecnológica, investigação científica, socioeconômica, a formação e informação do público e promovendo a sua ampla participação no processo das MC, incluindo a Sociedade Civil e as Organizações não Governamentais (ONGs).

No âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCC sigla em Inglês), foi estipulado o Acordo de Paris (AdP), em vigor desde novembro de 2016, que estabeleceu uma nova abordagem global às

mudanças climáticas. A característica fundamental deste acordo prende-se com o compromisso de ação de todos os países em efetivar uma descarbonização profunda, alcançada através da inversão, o mais rápida possível, da tendência crescente de emissões globais e através de emissões líquidas nulas na segunda metade do século XXI (as emissões são compensadas pela remoção de dióxido de carbono da atmosfera através das florestas).

O financiamento da saúde deve ser renovado para incentivar os serviços de saúde inteligentes em matéria de clima. O setor saúde deve se unir a outros setores para isso, ao mesmo tempo em que trabalha de forma colaborativa para reduzir a carga global de doenças e, portanto, a demanda por recursos intensivos em saúde.

O setor saúde também deve simultaneamente construir resiliência de instalações e resiliência de sistemas, ao mesmo tempo em que reforça seu papel como membro integral de muitas comunidades para servir como uma âncora para o clima comunitário e a resiliência econômica.

À medida que enfrenta a crise climática, o setor saúde também deve redobrar seus esforços para atingir as metas do terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Nações Unidas (ODS 3 - “Saúde e Bem-Estar.”) As nove metas vão desde a redução da mortalidade materna global até o fim de epidemias como HIV- AIDS e outras doenças transmissíveis, incluindo a redução da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e a redução de mortes por produtos químicos perigosos e pela poluição do ar, água e solo. Talvez o mais importante, o ODS 3 estabelece a meta de alcançar a cobertura universal de saúde até 2030, que inclui “proteção contra riscos financeiros, acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e acesso a medicamentos e vacinas seguros, eficazes, de qualidade e acessíveis para todos.”

A mudança climática cada vez mais tem impacto sobre a saúde e o bem-estar das pessoas, assim como outras mudanças ambientais em todo o mundo, como a perda de biodiversidade. A mudança climática está aumentando a ocorrência de ondas de calor, secas, chuvas extremas, tempestades e ciclones graves em muitas áreas, e modificando a transmissão de doenças infecciosas, o que resulta em grandes impactos sobre a saúde. O risco para as populações em situações vulneráveis, como as que vivem em pequenas ilhas, é desproporcional. Entre as possíveis consequências mais amplas figuram a escassez de água, a migração forçada e o aumento das tensões políticas dentro e entre os países.

Apesar dos esforços substanciais para reduzir os riscos ambientais para a saúde, os riscos “clássicos ” persistem, agravando a equidade em saúde. Fizeram-se avanços importantes para proteger as pessoas de riscos ambientais conhecidos, com o estabelecimento de normas e diretrizes, a implementação de soluções e o monitoramento dos esforços. Eles constituem a base para a proteção da saúde ambiental e precisam ser ampliados. No entanto, o desenvolvimento desigual deixou para trás grandes parcelas da população mundial, que ainda carecem de acesso a serviços ambientais básicos, como saneamento e energia doméstica limpa.

Os efeitos das ações humanas sobre o ambiente também são uma questão ética e de direitos humanos, pois serão sentidas pelas gerações futuras e continuarão a afetar desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade em todos os grupos de gênero, idade, etnia e posição socioeconômica.

2.CONTEXTO - SECTOR DA SAÚDE E CRISE CLIMÁTICA

Há evidências claras de que as ações humanas, principalmente a queima de combustíveis fósseis e a liberação associada de poluentes climáticos, estão causando mudanças significativas no clima global. Isso, por sua vez, está criando consequências observadas nas condições ambientais e sociais em todos os continentes. Como muitas das maiores preocupações com a saúde são fortemente influenciadas pelas condições climáticas e climatéricas, isso inevitavelmente apresenta riscos para a saúde humana que podem ser agrupados em:

- Impactos diretos, como os decorrentes de danos e doenças, devido ao aumento da frequência e gravidade de eventos climáticos extremos.
- Impactos mediados pelo sistema ambiental, tais como aumento da poluição do ar e alteração dos padrões de doenças transmitidas por vetores, alimentos e água.
- Efeitos socialmente mediados que ocorrem via efeitos das mudanças climáticas em sistemas sociais e humanos, tais como efeitos sobre a saúde resultantes de desnutrição, stress ocupacional e doenças mentais, bem como potenciais aumentos no deslocamento da população, desaceleração do crescimento económico e agravamento da pobreza.

A pandemia de COVID-19 forneceu ao mundo uma compreensão angustiante do que é uma crise multidimensional em escala planetária. Entre outros aspetos, ela trouxe à tona a centralidade do setor saúde na linha de frente. Ela lançou luz sobre as profundas desigualdades no acesso à saúde e nos cuidados de saúde dentro e entre os países. A pandemia também destacou o imperativo de fortalecer e transformar nossos sistemas de saúde para que estejam preparados para futuras pandemias, bem como para outros grandes desafios de saúde do século XXI, incluindo as mudanças climáticas.

No caso da crise climática, os menos responsáveis por criar o problema – os países e comunidades dentro dos países que consumiram menos recursos e emitiram a menor quantidade de gases de efeito estufa – arcam com as consequências dos impactos da crise. Seja um pequeno estado insular enfrentando a elevação do nível do mar, um país de baixa renda enfrentando a insegurança alimentar induzida pelo clima ou uma comunidade empobrecida localizada do outro lado da cerca de uma refinaria de petróleo respirando ar tóxico, os impactos da

mudança climática na saúde e suas forças motrizes não serão suportados de forma igual ou justa. Os mais vulneráveis – incluindo comunidades de baixa renda, mulheres, povos indígenas, idosos e crianças – sofrerão as consequências dos impactos climáticos.

Uma das prioridades estratégicas da OMS é prestar apoio aos países para que avancem na cobertura universal de saúde. Isso abrange assegurar que todas as pessoas acessem e possam usar serviços de prevenção e promoção da saúde adequados às suas necessidades, sem submeter o usuário a dificuldades financeiras. Serviços ambientais essenciais com o objetivo principal de melhorar a saúde são parte integrante da cobertura universal de saúde. Entre esses serviços, destacam-se, por exemplo, o abastecimento de água potável de qualidade segura, serviços de saneamento geridos com segurança, energia e tecnologias limpas, e a proteção da força de trabalho, tanto nas unidades de saúde quanto nas comunidades.

Os serviços essenciais de saúde serão fundamentais para reduzir os surtos de doenças infecciosas (resultando, por exemplo, na redução do número de pessoas com doenças diarreicas, após a melhoria dos serviços de água e saneamento) e com doenças não transmissíveis (por exemplo, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas por meio do uso de energia e tecnologias limpas nos lares).

A crise climática está evoluindo em um mundo profundamente desigual. Além dos impactos das mudanças climáticas na saúde serem muito mais graves em países e comunidades de baixa renda, um punhado de sistemas de saúde de países ricos emite substancialmente mais gases de efeito estufa do que todos os outros, especialmente em uma base per capita e, portanto, têm uma responsabilidade descomunal pelo problema. Ao mesmo tempo, muitos países de renda baixa e média precisam desenvolver extensivamente seus sistemas de saúde – incluindo o fornecimento de eletricidade às instalações de saúde sem acesso à rede – para atender à demanda por serviços básicos de saúde.

A descarbonização, a resiliência climática e a equidade em saúde podem ser mutuamente reforçadas. Elas são transformações vitais que muitas vezes podem ser entregues sinergicamente. Se é como o setor saúde os enfrentará é algo que irá definir, em grande parte, seu sucesso ou fracasso em assumir os desafios do século XXI.

À medida que os impactos das mudanças climáticas aumentam em todo o mundo, muitos governos nacionais estão de fato acelerando a ação, incluindo o desenvolvimento de NDCs aprimoradas antes da COP 26 em Glasgow para ajudar a implementar o Acordo de Paris. Esses compromissos nacionais, alguns dos quais são promessas de emissões líquidas zero até ou por volta de 2050, podem ajudar a fechar parte da lacuna, mas não serão suficientes. O PNUMA aponta que a ação de atores Municipais e não-estatais, incluindo governos e empresas, também são fundamentais para aumentar as ambições futuras.

Agenda 2030 - Foi adotado pela ONU em setembro de 2015 (United Nations, 2015b). Ele define 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030. Abrangem todas as questões de desenvolvimento em todos os países, como clima, biodiversidade, energia, água, pobreza, igualdade de gênero, prosperidade econômica ou mesmo paz, agricultura, educação, etc. Contribuem para a saúde e o bem-estar humanos. O ODS 3 refere-se especificamente à saúde e o ODS 13 às mudanças climáticas.

ODS 3: Capacitar as pessoas para viverem vidas saudáveis e promover o bem-estar em todas as idades – visa garantir a saúde e o bem-estar de todos, melhorando a saúde reprodutiva, materna e infantil, reduzindo as principais doenças transmissíveis, não transmissíveis, ambientais e mentais doenças.

ODS13: Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos - visa fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação dos países diante dos perigos e desastres relacionados ao clima. Esta ambição traduz-se a todos os níveis através do reforço da cooperação internacional, nomeadamente através da operacionalização do fundo verde; no desenvolvimento de políticas e planeamento nacionais, por meio da conscientização cidadã e do estabelecimento de sistemas de alerta precoce.

Desde 2015, data da adoção da Agenda 2030, **Cabo Verde adotou esta agenda universal como sua** – devidamente contextualizada as especificidades do país. O compromisso de Cabo Verde para com a Agenda 2030, e os princípios e valores a ela subjacentes, de bem-estar social, económico e ambiental, e hoje em dia incontornável.

Acordo de Paris - O objetivo central do Acordo de Paris é fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, mantendo o aumento da temperatura global bem abaixo de 2°C em comparação com os níveis pré-industriais e continuar os esforços para limitar ainda mais o aumento da temperatura a 1,5°C

(Nações Unidas, 2015a). Além disso, o acordo visa aumentar a capacidade dos países para lidar com os impactos das mudanças climáticas, promovendo um desenvolvimento resiliente ao clima e com baixas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e garantindo fluxos financeiros adequados.

Em matéria de adaptação, o Acordo de Paris estabelece, no seu artigo 7.º, um objetivo global em matéria de adaptação: reforçar a capacidade adaptativa, reforçar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades às alterações climáticas no contexto da limitação da subida da temperatura média do planeta a 2°C. Todos os países devem se engajar na adaptação, inclusive formulando e implementando planos nacionais de adaptação.

Agenda 2063 da União Africana (UA) - A nível africano, existe o quadro regional africano sobre adaptação às alterações climáticas para o setor da saúde, aprovado desde 2011 pelo 61º Comité Regional da Organização Mundial de Saúde (OMS) para África (Resolução AFR/RC61/R2). A União Africana tem uma estratégia africana sobre mudanças climáticas desenvolvida em 2014 por um período de 20 anos (2015-2035) (União Africana, 2014). Esta estratégia confere um bom lugar às dimensões da saúde, mantendo entre os objetivos o reforço da resiliência dos sistemas de saúde face às alterações climáticas.

NDC - Cabo Verde atualizou o NDC em 2021, integrando o domínio da saúde como eixo estratégico para o país, nas vertentes da Mitigação e Adaptação, para criar um país resiliente.

De acordo com NDC, Cabo Verde está empenhado em integrar o conceito de mudanças climáticas nas suas políticas de saúde e, em particular, na sua “Estratégia de Saúde Única”, que se destina a informar todas as políticas relacionadas com a saúde e combinar três componentes: Saúde humana, saúde animal e saúde ambiental, oferecendo uma abordagem holística para enfrentar os riscos de saúde e responder a futuras epidemias, envolvendo diferentes ministérios e entidades responsáveis pela saúde humana, animal e ambiental. A qualidade do ar em Cabo Verde, é considerada insegura, devido ao sopro de poeira do Deserto do Sara e às emissões de veículos.

Os indicadores utilizados na avaliação dos efeitos das mudanças climáticas sobre o perfil da doença em Cabo Verde estão relacionados com:

- i. Doenças transmitidas por vetores, como a malária e a dengue;
- ii. Impactos na saúde relacionados com o clima (ex. inundações, tempestades, etc.);
- iii. Insegurança alimentar e nutricional e escassez de água; e
- iv. Doenças respiratórias causadas por fogões de cozinha, pó (bruma seca) ou cancro da pele devido à elevada incidência de radiação solar. Neste contexto, a saúde pública e a capacidade de resposta a futuras emergências sanitárias são prioridades transversais na NDC de Cabo Verde.

Assim, o país definiu uma serie de contribuições de adaptação no âmbito do seu NDC alinhados com políticas, planos e estratégias, definindo como contribuição para o setor de saúde: **CONFRONTAR OS RISCOS PARA A SAÚDE RELACIONADOS COM O CLIMA**

OBJETIVO: Adotar um plano nacional para a saúde e alterações climáticas e integrar considerações sobre as alterações climáticas na sua Estratégia Nacional de Saúde Única e a combater os riscos sanitários e responder a futuras epidemias até 2025.

- Criar um perfil de Cabo Verde para as mudanças climáticas e saúde e melhorar a base de dados nacional para as doenças relacionadas com as mudanças climáticas e com grupos vulneráveis ao clima, para o acompanhamento do progresso, monitorização e avaliação dos efeitos na saúde;
- Estudar e quantificar os co-benefícios para a saúde relacionados com a redução das emissões de GEE e vulnerabilidades climáticas através da implementação da NDC e do PNA, a integrar na análise custo-benefício nos processos de elaboração de políticas;
- Criar capacidade municipal para integrar as questões de saúde derivadas do clima nos planos de desenvolvimento sustentável dos municípios, levando a planos de ação municipais sobre mudanças climáticas com programas de prevenção, tratamento e monitorização da saúde;

- Lançar uma campanha nacional de informação sobre os benefícios para a saúde associados à bicicleta e à marcha, em oposição à condução;
- Identificar as vulnerabilidades e reforçar a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental das instalações e infraestruturas de cuidados de saúde;
- Estabelecer até 2022 um plano de ação nacional sobre saúde e mudanças climáticas indicando medidas e ações prioritárias a serem implementadas até 2030, e estabelecer um plano financeiro para identificar as necessidades de apoio da comunidade internacional;
- Estabelecer um projeto de investigação para identificar os efeitos das mudanças climáticas na saúde dos animais e nas espécies vegetais no país.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA DESENVOLVER A ESTRATÉGIA

O desenvolvimento da Estratégia para o desenvolvimento de um sistema de saúde ecologicamente sustentável, insere-se num contexto de reforço da resiliência do setor da saúde face às Mudanças climáticas, com o empenho e envolvimento de todos os intervenientes para melhorar a qualidade de vida, o sistema de saúde do país, através da introdução de reformas adequadas para revitalizar e acelerar a jornada coletiva destinada a: permitir que todos vivam com boa saúde e bem-estar todos em qualquer idade; criar um sistema de saúde saudável e preservar nosso planeta em uma dinâmica multissetorial, multi-atores e multinível.

O processo de elaboração desta estratégia contou com a mobilização de atores do sistema de saúde, através realização de encontros com Grupo de Trabalho (GT) e realização de workshops. O processo iniciou-se com a identificação dos atores (estruturas e instituições) do sistema de saúde e a designação dos pontos focais para compor o GT. Após a criação do GT, foi organizado um retiro do GT para realizar uma análise das partes interessadas (diagnóstico) e desenvolver o roteiro do MS para atividades de higiene pública em relação às mudanças climáticas e saúde.

Do ponto de vista institucional, o processo contou com o marco institucional estabelecido pelo Ministério da Saúde e Ministério de Agricultura e Ambiente para coordenar as atividades. O Ministério da Saúde, sendo o repositório da política pública do Governo na área da saúde pública, mandou a INSP para desempenhar o papel de liderança na implementação do processo. Beneficiou do apoio da OMS, bem como do envolvimento ativo do Grupo de Trabalho (GT).

A análise do quadro permite constatar que as atividades de saúde pública (saneamento, segurança alimentar e água potável, etc.) são seriamente afetadas pelas mudanças climáticas, mas também que as atividades de saúde pública são fontes de emissão de gases com efeito de estufa.

3.1. COMPROMISSOS DE CABO VERDE NO ÂMBITO DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA DE SAÚDE COP26

Em resposta às crescentes evidências do impacto das mudanças climáticas na saúde das pessoas, um grupo de 47 países se comprometeu a desenvolver sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono na Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Glasgow (COP26). As promessas foram feitas como parte do programa de saúde COP26, uma parceria entre o governo do Reino Unido, a Organização Mundial da Saúde (OMS), defensores do clima da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e grupos de saúde, como Health Care Without Harm. As iniciativas da agenda de saúde da COP26 incluem:

- Construir sistemas de saúde resilientes às mudanças climáticas;
- Desenvolver sistemas de saúde sustentáveis de baixo carbono;
- Pesquisa de adaptação para a saúde;
- Inclusão das prioridades de saúde nas Contribuições Nacionalmente Determinadas;
- Profissionais de saúde como defensores de uma ambição mais forte em relação às mudanças climáticas.

Cabo Verde, como signatário da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (CQNUMC) desde 1995, **compromete-se a:**

1. Avaliar a vulnerabilidade e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas na saúde, de forma iterativa, para continuar a contribuir com elementos para as políticas e programas de saúde;
2. Atualizar continuamente a componente de saúde do plano nacional de adaptação às Mudanças climáticas com base em novas evidências da Avaliação das Vulnerabilidades;
3. Realizar uma avaliação de linha de base das emissões de gases de efeito estufa do sistema de saúde, incluindo cadeias de abastecimento;
4. Publicar um plano de ação que defina como tornar o sistema de saúde Cabo-verdiano um sistema sustentável e de baixo carbono;
5. Desenvolver e implementar políticas para zerar as emissões do setor de saúde;
6. Crie um ambiente propício à saúde.

4. VISÃO, OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA

Esta estratégia estabelece uma visão, um conjunto de ferramentas de orientação e um conjunto de caminhos pelos quais o setor saúde pode traçar um plano em direção a zero emissões, ao mesmo tempo em que cria resiliência climática e atinge as metas globais de saúde.

É um documento vivo, cujo intuito é ajudar a atravessar um panorama em constante mudança. Ele pode ser discutido, debatido, emendado e adaptado às circunstâncias nacionais e locais. Pode ser adotado como um guia por líderes da área de saúde e da luta contra as mudanças climáticas em todo o mundo, tanto para quem é do hemisfério Norte quanto do hemisfério Sul, e pode ajudar o setor a traçar um caminho para se reinventar e fornecer liderança social na era da mudança climática.

Para atingir objetivo ambicioso e necessário, é necessário o desenvolvimento de um roteiro para traçar um plano para a assistência à saúde com emissões zero até 2050. Este roteiro, que irá definir a estratégia para o desenvolvimento de um sistema de saúde ecologicamente sustentável é necessário para identificar os principais caminhos a seguir, ao mesmo tempo em que estabelece cronogramas e estruturas de ação para Cabo verde.

Enfrentar a mudança climática exige que serviços de saúde sejam climaticamente inteligentes e uma parte central da solução. Este Roteiro visa ajudar a traçar orientações nessa direção. Com isso, pretende-se catalisar e contribuir com um diálogo entre os líderes da saúde sobre as profundas mudanças estruturais e sistêmicas necessárias para enfrentar um dos maiores desafios da nossa geração e das gerações vindouras.

Este Roteiro segue as recomendações internacionais e os compromissos assumidos por Cabo verde fornecendo e traçando um plano para levar a área da saúde a zero emissões. Ele considera as emissões do setor saúde em todas as suas partes constitutivas. Também analisa esses elementos para estabelecer onde as emissões são mais prevalentes e explora as intervenções que podem contribuir para reduzi-las.

4.1. Visão

A **Visão Estratégica** preconizada pelo roteiro é de até 2030, Cabo Verde vai minimizar os impactos das mudanças climáticas por meio de ações estruturadas e concertadas no sector da Saúde e será um pequeno estado insular seguro com um sistema de saúde sustentável, de baixo carbono e resiliente ao clima, dispondo de todas as capacidades necessárias favoráveis para responder as políticas e compromissos Nacional e Internacional assumidos pelo País.

4.2. Objetivo Geral

O objetivo deste roteiro é fornecer um quadro orientador e linhas de ação para que Cabo Verde consiga cumprir todos os compromissos que assumiu a nível nacional e internacional no âmbito das iniciativas do programa de Saúde da COP26 promovendo o desenvolvimento de baixo carbono em prol da construção da resiliência e desenvolvimento sustentando do país.

4.3. Objetivos Específicos

Especificamente este roteiro visa:

- Definir as principais ações/atividades necessárias para a efetiva implementação dos compromissos e iniciativas do programa de Saúde da COP26;
- Definir o quadro de monitorização e avaliação para a implementação dos compromissos;
- Desenvolver um cronograma de implementação para as atividades definidas;
- Determinar o papel de cada parte interessada na implementação dos compromissos.
- Tornar Cabo Verde resiliente aos impactos da MC, reduzindo o máximo os riscos climáticos e as vulnerabilidades para as pessoas e os bens no domínio da Saúde;
- Apoiar os decisores da área da saúde a identificar papéis e responsabilidades para implementar este plano, para os atores dentro e fora do sector formal de saúde.

- Orientar os profissionais que trabalham nos sistemas de saúde e nos sectores determinantes da saúde (por exemplo, água e saneamento, alimentação e agricultura, energia e planeamento urbano) para poderem compreender e preparar eficazmente os riscos adicionais para a saúde decorrentes da variabilidade e mudança climática, através de uma abordagem de resiliência;
- Impulsionar a mudança e recomendações para alcançar o objetivo de redução das emissões do setor da saúde

4.4. Princípios Orientadores

O roteiro enquanto instrumento chave para operacionalização dos compromissos assumidos pelo país em relação as políticas do sector da saúde para respostas e planeamento às mudanças Climáticas, no contexto da adaptação, mitigação e resiliência, deve estar suportada num conjunto de princípios que atendem simultaneamente ao Programa de Desenvolvimento Sustentável e aos desafios e vulnerabilidades que as mudanças Climáticas colocam aos diferentes instrumentos de políticas públicas, do sector da saúde e da sociedade cabo-verdiana.

Neste contexto a estruturação e a operacionalização do Roteiro, para além de atender as vulnerabilidades e as ações de alto impacto para a descarbonização do setor da saúde foi estruturado tendo como referencial sete princípios orientadores de atuação:

- **Abordagem abrangente e multidisciplinar/multissectorial**

Os impactos das mudanças climáticas serão multidimensionais, portanto, o planeamento e a implementação desta política devem ser abrangentes e multidisciplinares, o que implica que a mudança climática seja um tema e problema de desenvolvimento transversal que deve ser abordado por todas as entidades, níveis de planeamento e setores de forma integrada. A consideração das questões de gênero e a colaboração intra e intersectorial são essenciais para a eficácia dos esforços de desenvolvimento, particularmente nos seguintes setores: gestão do território e urbanismo, promoção da mulher e da criança, agricultura, comércio e indústria, comunicação, planeamento e financeiro, educação e investigação, meteorologia, recursos hídricos, energia, segurança e proteção civil, parceiros técnicos e financeiros e parceiros de desenvolvimento internacional

- **Integração de Sistemas**

Tendo em conta de que as mudanças climáticas poderão impactar diferentes níveis sociais, territórios, estruturas governamentais e todos os sectores, ela deverá ser assumida como uma questão de todos, merecendo um tratamento abrangente, integrado e de forma alinhada. A integração com diferentes sectores deverá ser assumida como uma premissa, requerendo temas transversais como o género e a governança focado em resultados, permitindo também o uso produtivo dos recursos limitados para criar um sistema de saúde resiliente, sustentável e de baixo carbono.

- **Gestão Baseada em resultados**

A implementação da Estratégia para o desenvolvimento de um sistema de saúde ecologicamente sustentável exigirá a implementação de estratégias e medidas de gestão que visem a obtenção de resultados quantificáveis. Isso fornecerá uma estrutura para medir os resultados e relatar ao longo do ciclo de vida das políticas, programas ou iniciativas, fazendo ajustes para melhorar as intervenções de forma contínua.

- **Igualdade de género e envolvimento de jovens, crianças e pessoas com necessidades especiais.**

O impacto das mudanças climáticas poderá afetar todas as Ilhas e as suas gerações futuras. A implementação desta política deve garantir à equidade de género e o envolvimento de homens, mulheres, jovens, crianças e pessoas com necessidades especiais;

- **A parceria**

Durante a implementação deste roteiro, será reforçada uma parceria estratégica com parceiros tradicionais e novos, sem esquecer a parceria público-privada, de forma a alavancar o capital do setor privado para o desenvolvimento socioeconómico em conformidade com as regras de boa governação. As parcerias estratégicas deveram ser reforçadas tanto a nível dos parceiros tradicionais e novos parceiros com a finalidade de reforçar as cooperações e colaboração institucional para o desenvolvimento em conformidade com as regras de boa governação e transparência.

- **Descentralização e participação das partes interessadas**

As mudanças do clima e a saúde serão abordados de uma forma descentralizada, com uma divisão clara das responsabilidades de todos os atores tanto a nível governamental como para as autoridades locais, definindo programas e atuações que sensibilize e mobilize as comunidades locais a participarem na concretização das políticas climáticas e da saúde pública, seja de redução das emissões, como de diminuição das vulnerabilidades reconhecendo o protagonismo dos cidadãos, individualmente e organizados. O roteiro terá em conta os aspetos de desenvolvimento comunitário e local e boa governação de forma descentralizada e envolvendo todas as partes interessadas.

- **Compromisso global**

Definir uma atuação comprometida com os grandes objetivos de desenvolvimento sustentável e de política ambiental climática globais, Africano e dos pequenos estados insulares expressos na Agenda 2030, Visão da União Africana 2050 nos Planos estratégicos de desenvolvimento e nos Acordos da UNFCCC.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS PILARES TEMÁTICOS DA ESTRATÉGIA

Para enfrentar os desafios da saúde e mudança climática, precisaremos repensar a forma como vivemos, trabalhamos, produzimos, consumimos e governamos. A transformação exigirá que passemos a agir sobre os determinantes a montante que influenciam a saúde, o ambiente e a mudança climática, por meio de uma abordagem integrada e incorporada a todos os setores, facilitada e apoiada por mecanismos adequados de governança e vontade política de alto nível. O setor da saúde precisa cumprir um novo papel para impulsionar essa transformação, usando uma abordagem sustentável e equitativa.

A estratégia centra-se em 7 pilares temáticos inter-relacionados e essenciais para colocar Cabo Verde no caminho para alcançar as iniciativas da agenda de saúde da COP26. Varias intervenções de reforma devem ser consideradas em vários domínios de governança, planeamento e desenvolvimento sócio económico por forma a garantir a transformação dos sistemas de saúde atual em um sistema de saúde resiliente ao clima, sustentável e de baixo carbono.

Este Roteiro desta Estratégia identifica 45 caminhos de descarbonização, inter-relacionados e simultâneos, que o setor necessita percorrer a fim de mitigar as emissões. Por sua vez, há XXX ações de alto impacto que conectam e interligam estes caminhos. Para traçar uma rota para atingir a baixa missão de carbono, os serviços de saúde devem seguir estes caminhos interligados e implementar simultaneamente as ações de alto impacto relacionadas

5.1. Pilar 1: Liderança e governança da implementação dos compromissos

A implementação dos compromissos da COP26 requer uma abordagem multissetorial. Nesta perspetiva, os Ministérios-chave com as demais partes interessadas devem atuar em sinergia por meio de uma efetiva coordenação multissetorial e intrasectorial, desenvolvendo a capacidade e resiliência dos profissionais de saúde, instalações e sistemas para antecipar e responder de forma proactiva às mudanças climáticas.

Investir em capacitação permitirá que todas as partes do sistema de saúde se adaptem e mitiguem as ameaças à saúde relacionadas às mudanças climáticas. Isso deve ser baseado na vulnerabilidade de saúde local e avaliações de adaptação, desenvolvido com profissionais de saúde.

5.2. Pilar 2: Força de trabalho em saúde

Aproveitar os esforços, padrões e melhores práticas existentes em todos os níveis.

Concentrar nas necessidades dos atores. Para garantir a implementação de intervenções precisas, qualquer iniciativa de desenvolvimento de capacidade em qualquer nível deve começar por uma avaliação da capacidade do sistema de saúde correspondente

Fomentar a colaboração e parcerias, especialmente com e entre países e regiões, e dentro e entre departamentos e unidades relacionados

Melhorar a sustentabilidade dos esforços de capacitação, integrando as mudanças climáticas nas fases iniciais da formação profissional em saúde

Envolver-se com públicos mais amplos fora da comunidade de saúde central, incluindo outros setores, mídia e grupos comunitários.

5.3. Pilar 3: Avaliação de vulnerabilidade, capacidade e adaptação

O plano de adaptação deve se basear nos princípios de equidade global para o clima e a saúde, uma abordagem unificada e responsiva ao clima para adaptação e resiliência e uma abordagem que incentive a ação em todos os níveis.

Assim deve-se estabelecer assistência ao desenvolvimento para um setor de saúde adaptado às mudanças climáticas

5.4. Pilar 4: Monitorização de risco integrado e alerta antecipado

O país dispõe de sistemas de alerta precoce para várias doenças (exemplos: paludismo, gripe, COVID-19, Ébola, etc.). No entanto, existem fragilidades nos sistemas de vigilância sanitária existentes (recursos humanos e materiais, etc.) e especificamente para alertas precoces relativos aos riscos climáticos.

5.5. Pilar 5: Programas de saúde informados pelo clima

Em geral, há uma falta de integração das dimensões da mudança climática e da saúde nos programas de saúde pública existentes, particularmente nos programas de controle de doenças transmitidas por vetores, como a malária (mas também dengue, esquistossomose). Existem poucas ou insuficientes medidas para combater os efeitos na saúde do calor extremo (aumento dos riscos de morbidade e mortalidade), inundações (riscos de doenças relacionadas com a água e alimentos, como doenças diarreicas e cólera), secas e qualidade do ar (aumento riscos de meningite e desnutrição). Há também necessidade de capacitação para a gestão de questões de saúde mental após desastres relacionados à mudança climática.

5.6. Pilar 6: Preparação e gestão de emergências

O MS ainda não possui um plano nacional de preparação e gestão de emergências que possam resultar de eventos climáticos extremos. A nível regional e distrital, haverá também a necessidade de desenvolver planos de preparação e gestão de emergência que envolvam as comunidades em particular. Existem riscos no acesso aos serviços de saúde em caso de desastres ligados a eventos climáticos extremos.

Tanto os profissionais de saúde quanto as comunidades muitas vezes carecem de conhecimento sobre toda a gama de riscos de impactos em outros serviços básicos que agravariam os desafios de saúde em caso de desastres e como organizar as respostas.

5.7. Pilar 7: Clima e financiamento da saúde

Ainda há pouca mobilização de recursos financeiros em nível nacional para fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde em geral e menos ainda para lidar com os efeitos específicos das mudanças climáticas. Isso está ligado ao baixo financiamento de projetos por fundos internacionais (Green Climate Fund-GCF, Adaptation Fund-FA, Global Environment Facility-GEF, etc.) destinados ao ambiente, saúde ambiental e vínculos entre saúde e mudanças climáticas.

Tabela 1: Estrutura operacional para construir sistemas de saúde resilientes ao clima

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Objetivos para a implementação deste componente	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática
1. Liderança e governança	<p>Priorização de políticas e planeamento para lidar com os riscos climáticos</p> <p>Políticas inclusivas incentivando alto grau de equidade social e económica</p> <p>Sistemas legais e regulatórios que protegem políticas e planeamento de saúde e emergência</p> <p>Mecanismos institucionais, capacidades e estruturas e atribuição de responsabilidades para lidar com o clima</p> <p>Parcerias</p> <p>Responsabilidade e participação da comunidade.</p>	<p>Governança: mecanismos específicos de responsabilidade e prestação de contas sobre mudanças climáticas e saúde estabelecido no ministério da saúde.</p> <p>Política: variabilidade climática e considerações de mudança refletidas nas principais políticas e programas de saúde.</p> <p>Colaboração intersectorial: colaboração intersectorial reforçada e sinergias maximizadas para garantir que as decisões tomadas em outros setores protejam e promovam a saúde.</p>	<p>Pontos focais de mudança climática e saúde designados dentro do ministério da saúde com programa de ação específico e orçamento alocado.</p> <p>Mudanças climáticas e pontos focais de saúde ou unidades, trabalhando em colaboração com programas relevantes de saúde sensíveis ao clima (por exemplo, doenças transmitidas por vetores, nutrição, doenças infecciosas, redução de risco de desastres) para aumentar a resiliência dos programas.</p> <p>Estratégia nacional sobre saúde e mudança climática e/ou NAP Saúde desenvolvida.</p> <p>Acordos (por exemplo, memorandos de entendimento) estabelecidos entre o ministério da saúde e as principais partes interessadas em nível nacional (por exemplo, serviços meteorológicos, ministérios do meio ambiente, alimentação e agricultura, energia, transporte, planeamento), incluem papéis específicos e responsabilidades em relação à proteção da saúde contra as mudanças climáticas.</p> <p>Representação da saúde assegurada nos principais processos de mudança climática nos níveis nacional, regional e global (por exemplo, reuniões da UNFCCC e Conferência das Partes (COP), NAP, comunicações nacionais para a UNFCCC).</p> <p>As principais políticas e estratégias dos setores determinantes da saúde refletem as mudanças climáticas e as considerações de saúde tanto em relação à adaptação (por exemplo, planos de segurança da água resilientes ao clima) quanto à mitigação (por exemplo, co-benefícios de saúde nas políticas de transporte).</p> <p>Avaliações de impacto na saúde realizadas para novas políticas e programas de mitigação e adaptação em todos os setores determinantes da saúde, de acordo com o artigo 4.1.f da UNFCCC.</p>

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Objetivos para a implementação deste componente	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática
2. Força de trabalho em saúde	<p>Aproveitar os esforços, parcerias e melhores práticas existentes em todos os níveis</p> <p>Concentre-se nas necessidades dos atores. Para garantir a implementação de intervenções precisas, qualquer iniciativa de desenvolvimento de capacidade em qualquer nível deve começar por uma avaliação da capacidade do sistema de saúde correspondente</p>	<p>Recursos humanos: número suficiente de trabalhadores de saúde com a capacidade técnica necessária disponível para lidar com os riscos à saúde colocados pela variabilidade e mudança do clima.</p>	<p>Cursos de treinamento sobre mudanças climáticas e tópicos de saúde direcionados ao pessoal de saúde realizados.</p> <p>Currículos sobre mudança climática e saúde desenvolvidos e transmitidos em níveis secundários e/ou terciários.</p>
	<p>Fomentar a colaboração e parcerias, especialmente com e entre países e regiões, e dentro e entre departamentos e unidades relacionados</p>	<p>Desenvolvimento da capacidade organizacional: recursos, informações, conhecimentos e processos empregados pelas organizações de saúde usados de maneira eficiente e direcionada diante dos riscos adicionais apresentados pela variabilidade e mudança climática.</p>	<p>Planos de contingência para a implantação de pessoal de saúde suficiente em caso de choques agudos, como eventos climáticos extremos e surtos desenvolvidos no nível relevante (ou seja, nacional, provincial, local).</p>
	<p>Melhorar a sustentabilidade dos esforços de capacitação, integrando as mudanças climáticas nas fases iniciais da formação profissional em saúde</p>		<p>Planos de capacitação realistas e inovadores (por exemplo, a partir de avaliações de capacidade ou vulnerabilidade e adaptação) desenvolvidos para abordar os recursos humanos identificados e as lacunas de capacidade institucional.</p>
	<p>Envolver-se com públicos mais amplos fora da comunidade de saúde central, incluindo outros setores, mídia e grupos comunitários.</p>		<p>Contingências, custos de adaptação e perdas e danos potenciais das mudanças climáticas incorporados pela equipe de gestão nos planos de investimento.</p>

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Objetivos para a implementação deste componente	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática
<p>3. Avaliação de vulnerabilidade, capacidade e adaptação</p>	<p>Avale o quadro e o escopo</p>	<p>Comunicações e conscientização: aumentar a conscientização sobre a ligação entre vulnerabilidade climática/mudança climática e resultados de saúde entre diferentes públicos-alvo (por exemplo, formuladores de políticas, funcionários seniores, mídia e comunidades).</p>	<p>Desenvolvimento e implementação de planos de comunicação interna e externa (incluindo o desenvolvimento de produtos de conhecimento) para aumentar a conscientização sobre saúde e mudanças climáticas e opções de resposta relacionadas a públicos-chave, como profissionais de saúde e tomadores de decisão, comunidades, mídia e outros setores.</p>
	<p>Estabelecer condições de linha de base</p>	<p>Vulnerabilidade: uma sólida compreensão dos principais riscos à saúde apresentados pela vulnerabilidade e mudança climática e dos grupos populacionais mais vulneráveis disponíveis no país ou região.</p>	<p>Profissionais de saúde, mídia e líderes comunitários treinados em comunicação de risco, incluindo comunicação de incerteza.</p> <p>Fórum de partes interessadas sobre proteção da saúde contra as mudanças climáticas estabelecido como forma de engajar os setores determinantes da saúde e a comunidade.</p>
	<p>Avaliar os potenciais impactos na saúde das futuras mudanças climáticas</p> <p>Identificar opções de adaptação</p> <p>Avaliar recursos</p>	<p>Capacidade: informações básicas sobre capacidades e lacunas no sistema de saúde para enfrentar os desafios colocados pelas mudanças climáticas.</p>	<p>Taxas de linha de base e sensibilidade climática das condições de saúde, permitindo a seleção de riscos prioritários e monitoramento contínuo das mudanças nas condições de risco e estado de saúde avaliadas.</p> <p>Populações mais vulneráveis e áreas propensas a riscos à saúde das mudanças climáticas identificadas.</p> <p>Avaliações de impacto na saúde para políticas e programas chave de adaptação e mitigação de setores determinantes da saúde realizados.</p> <p>Linhas de base sobre recursos humanos existentes, capacidade técnica e de prestação de serviços de saúde estabelecidas, com identificação de pontos fracos.</p> <p>Recomendações feitas para abordar lacunas e fortalecer a capacidade do sistema de saúde.</p>
<p>Estabelecer um processo iterativo para monitorar as mudanças nos riscos à saúde associados às mudanças climáticas e revise as opções de adaptação</p>	<p>Garanta sinergias e otimize as compensações com outros objetivos</p>	<p>Opções de adaptação: informações sobre as principais opções de adaptação disponíveis, incluindo suas vantagens comparativas, custos potenciais e eficiência, disponíveis para seleção pelos tomadores de decisão do sistema de saúde.</p>	<p>Resultados da avaliação usados para priorizar a alocação de recursos e intervenções efetivas em saúde e setores relacionados para populações vulneráveis e de alto risco.</p> <p>Plano definido e mecanismo estabelecido para revisão iterativa da vulnerabilidade em saúde e opções de adaptação.</p>

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Objetivos para a implementação deste componente	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática
4. Monitorização de risco integrado e alerta antecipado	Eventos climáticos extremos, por ex. chuvas fortes, ventos e tempestades de aréa	Vigilância integrada de doenças e alertas precoces: dados sobre riscos ambientais sensíveis ao clima e tendências epidemiológicas coletados, analisados e interpretados de forma contínua e resposta oportuna aos riscos promovidos.	Ferramentas de deteção precoce (por exemplo, diagnóstico rápido, vigilância sindrómica) usadas para identificar mudanças na incidência e ações precoces desencadeadas.
	Qualidade do ar		Distribuição geográfica e sazonal de riscos e resultados para a saúde (ou seja, mapeamento de risco) rastreada.
	Radiação UV		Sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos relevantes e doenças sensíveis ao clima (por exemplo, estresse por calor, doenças zoonóticas, desnutrição) estabelecidos.
	Níveis de chuva e umidade que favorecem ou restringem a abundância de vetores	Monitorização: informações sobre os impactos das mudanças climáticas, vulnerabilidade, capacidade de resposta e capacidade de preparação para emergências relacionadas ao longo do tempo.	Indicadores sobre impactos das mudanças climáticas, vulnerabilidade, capacidade de resposta e capacidade de preparação para emergências, bem como variáveis climáticas e ambientais incluídas em sistemas de monitoramento relevantes em nível nacional e relatados ao longo do tempo.
	Sistema de alerta :Tempestades tropicais		Revisões periódicas para melhorias ou deterioração das capacidades identificadas nas avaliações de V&A.
	Cargas e ocorrências sazonais de alérgenos		Impactos dos principais determinantes ambientais da saúde monitorados pelo setor saúde.
Disponibilidade e qualidade da água	Comunicação: avisos oportunos comunicados aos tomadores de decisão em saúde, à mídia e ao público e traduzidos em ações efetivas para prevenir resultados negativos para a saúde.	Estratégia de comunicação sobre riscos climáticos para a saúde desenvolvida e implementada, delineando o escopo da informação para diversos públicos (por exemplo, mídia, público, pessoal de saúde e outros setores) e eventos, incluindo quem deve comunicar e os meios de comunicação.	
Preparação da infraestrutura para eventos extremos.		Engajamento da comunidade e mecanismos de feedback estabelecidos para capacitar as populações afetadas a responder a alertas e orientar o desenvolvimento futuro de sistemas de monitoramento e alerta.	

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Objetivos para a implementação deste componente	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática
<p>5. Programas de saúde informados pelo clima</p>	<p>Departamentos e programas que podem se tornar informado sobre o clima</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle de doenças transmissíveis (particularmente por unidades de controle de doenças zoonóticas e transmitidas por vetores) • Doenças não comunicáveis • Água e saneamento • Nutrição, higiene e segurança alimentar • Saúde Ocupacional • Saúde Ambiental • Saúde materna e infantil • Geriatria • Saúde mental • Gestão de desastres e emergências • Gestão de instalações • Estatísticas e informações de saúde • Farmácias. 	<p>Programação de saúde: informações sobre as condições climáticas atuais e projetadas (futuras) integradas ao planejamento estratégico de programas de saúde para doenças sensíveis ao clima.</p> <p>Execução de intervenções: os programas de saúde pública revisam seus procedimentos operacionais padrão para responder aos riscos climáticos na execução de intervenções.</p>	<p>Planos de médio e longo prazo para programas de controle de doenças revisados para considerar as capacidades que podem ser estressadas ou excedidas pelas mudanças climáticas.</p> <p>Planos de investimento definidos para abordar as lacunas de capacidade identificadas.</p> <p>Mapas de risco e análise de tendências sazonais em doenças usadas para direcionar recursos e medidas preventivas para aqueles em maior risco.</p> <p>Planos de contingência para prestação de serviços de saúde em eventos climáticos extremos, ou entrega de intervenções para controle de surtos de doenças infecciosas em novos locais, desenvolvidos e testados.</p>

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Objetivos para a implementação deste componente	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática
6. Preparação e gestão de emergências	Gestão de riscos de mudança de extremos climáticos e desastres	<p>Informar políticas e protocolos: protocolos e políticas de gerenciamento de risco de desastres e emergências adequadamente informados pelas condições climáticas atuais e prováveis do futuro.</p> <p>Gestão de risco: fortalecer a capacidade do sistema de saúde para gerenciar riscos, de modo que a vulnerabilidade geral e a exposição aos perigos sejam reduzidas e os riscos residuais e as incertezas sejam efetivamente gerenciados.</p>	<p>Riscos de saúde sensíveis ao clima incluídos na estratégia e planos nacionais de redução de desastres e processos de desenvolvimento mais amplos.</p> <p>Avaliações de risco para exposição atual e futura projetada a eventos climáticos extremos são rotineiramente usadas para informar os planos de desenvolvimento estratégico do setor de saúde.</p> <p>Planos de contingência do setor de saúde para eventos climáticos extremos desenvolvidos, incluindo redução de risco, preparação e resposta, de acordo com a estrutura de resposta a emergências da OMS.</p> <p>Planos de resposta a emergências para unidades de saúde individuais definidos e implementados em caso de necessidade.</p> <p>Mecanismo de partes interessadas para apoiar a participação, o diálogo e a troca de informações, para capacitar a sociedade civil e os grupos comunitários como atores principais na preparação e resposta a emergências.</p> <p>Programas de desenvolvimento de capacidades implementados para identificar e apoiar os papéis das comunidades locais para identificar riscos, prevenir a exposição a perigos e tomar medidas para salvar vidas em eventos climáticos extremos.</p>

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Objetivos para a implementação deste componente	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática
<p>7. Clima e financiamento da saúde</p>	<p>As instituições que fornecem financiamento dentro da área da saúde podem estabelecer impacto nas mudanças climáticas como um critério para avaliar a construção de infraestruturas e a compra de bens de capital. Todas as instituições que administram ações e aposentadorias devem desinvestir em combustíveis fósseis.</p>	<p>Mecanismos de financiamento específicos para a saúde: considerações sobre mudanças climáticas incluídas em propostas relacionadas a doenças sensíveis ao clima submetidas e financiadas por mecanismos de financiamento de saúde.</p> <p>Financiamento para setores que influenciam a saúde: considerações sobre saúde e mudanças climáticas incorporadas em projetos e programas apoiados por meio de financiamento de desenvolvimento disponível para os principais setores determinantes da saúde.</p> <p>Fluxos de financiamento de mudanças climáticas: mecanismos de financiamento de mudanças climáticas disponíveis em nível nacional acessíveis.</p>	<p>Recursos para aumentar a resiliência à variabilidade climática e às mudanças climáticas incluídos como item de linha nos planos nacionais ou subnacionais de investimento em saúde.</p> <p>Propostas para doadores externos para apoiar o controle de doenças sensíveis ao clima (por exemplo, GFATM no controle da malária) incluíram variabilidade e mudanças climáticas.</p> <p>Triagem para variabilidade climática, riscos de mudanças climáticas e proteção da saúde, incluída como critério para selecionar investimentos em setores determinantes da saúde, como água e saneamento e segurança alimentar e nutricional.</p> <p>Impactos das mudanças climáticas na saúde monitorados em programas financiados por meio de mecanismos financeiros específicos para setores determinantes da saúde.</p> <p>Projetos e programas para a construção da resiliência do sistema de saúde apresentados e concedidos pelos principais fundos internacionais de mudanças climáticas (por exemplo, GEF, Fundo de Adaptação, doadores bilaterais).</p>

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

Em uma dinâmica multissetorial, multiatores e multinível, espera-se que os atores envolvidos desempenhem os seguintes papéis:

6.1. Nível central

Ministérios-chave no setor da saúde (Saúde Pública; Ambiente; Agricultura e Pecuária; Administração Territorial e Descentralização; Energia, Transporte; Comércio e Indústria; Finanças, Economia e Plano; Educação; Assuntos Sociais; Comunicação) marcará o ritmo por meio de políticas e estratégias sensíveis à saúde pública, fazendo uso de inter-relações apoiadas por uma política de integração de sistemas para melhor sinergia.

O Ministério da Saúde (MS) em colaboração com o Ministério de Agricultura e Ambiente (MAA), é particularmente responsável por assegurar a gestão e monitorização sistemática através do Grupo de Trabalho (GT).

6.2. Parceiros técnicos e financeiros

Os parceiros estratégicos do Governo terão também um papel crucial no apoio ao processo através de financiamentos tradicionais e inovadores, sem esquecer o apoio técnico e a transferência de competências no estrito cumprimento dos programas de cooperação e das normas diplomáticas estabelecidas pelo Governo de Cabo Verde.

6.3. Serviços administrativos

A administração estará particularmente envolvida para uma melhor apropriação e sustentabilidade das realizações. As estruturas desconcentradas e descentralizadas do Grupo de Trabalho (GT) constituem um marco privilegiado para o efetivo envolvimento das estruturas administrativas na gestão dos processos e admissibilidade.

3.4. Os Municípios

Os municípios passam a ser dotados de competências do Estado que lhes são transferidas por força de lei específica que lhes diz respeito para reforçar a dinâmica de descentralização no domínio da saúde. Os municípios que se tornaram entidades contratantes devem pilotar todas as iniciativas para fortalecer o sistema de saúde e coordenar as intervenções em colaboração com os atores locais. Além da definição de diretrizes adequadas na localidade, podem facilitar a parceria público-privada ou privado-privado nas áreas de saneamento, saúde pública e agricultura. Os municípios devem garantir o desenvolvimento inclusivo e seus orçamentos podem apoiar o financiamento de iniciativas de grupos marginalizados e pessoas vulneráveis que também têm direito à recuperação econômica.

6.5. Comunidade

A comunidade é um parceiro essencial no sistema de saúde. Tem a obrigação de se apropriar das instruções do Governo que sejam consistentes com a popularização de boas práticas e inovação.

7. RISCOS E ELEMENTOS DE MITIGAÇÃO

A implementação desta estratégia pode esbarrar em vários problemas, que podem impedir a consecução dos objetivos ou a sua correta implementação se as medidas adequadas não forem tomadas a montante.

Tabela 2: Riscos e elementos de mitigação

Riscos	Medidas de Mitigação
Financiamento insuficiente e limitado no tempo para a implementação das atividades propostas.	Assegurar que as atividades-chave sejam incluídas nos programas de cooperação estratégica com os Parceiros Técnicos e Financeiros; Assegurar que as principais atividades sejam incluídas no programa de investimento público; Somente ações financiadas pelo programa.
O atraso na mobilização de fundos pode dificultar a implementação da estratégia	Lembrete periódico aos doadores pela INSP, DNS através do Ministério da Saúde
Perigos climáticos e de saúde: inundações, tempestades tropicais, secas, epidemias e pandemias	Promover o teletrabalho para determinadas atividades.
A agitação sociopolítica pode impedir ou retardar a implementação da estratégia	A implementação da gestão de crises

8. ESTRUTURA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

A implementação deste roteiro está prevista de acordo com a abordagem multissetorial. Nesta perspectiva, os Ministérios-chave com as demais partes interessadas atuam em sinergia por meio de efetiva coordenação multissetorial e intrassetorial.

8.1. Quadro institucional

A implementação deste roteiro está prevista de acordo com a abordagem multissetorial. Nesta perspectiva, os Ministérios-chave com os demais atores atuam em sinergia por meio de uma efetiva coordenação multissetorial e intrassetorial. Essa dinâmica permitirá: (i) fortalecer a liderança governamental na tomada de decisões na área de saúde e ambiente, incluindo mudanças climáticas; (ii) aumentar a coerência entre as políticas e as diversas estratégias setoriais; (iii) equilibrar despesas e resultados; (iv) minimizar custos por meio da integração de serviços; (v) fortalecer a parceria e a mobilização coordenada de recursos para o sistema de saúde pública de Cabo Verde. Esse processo requer direcionamento e monitorização sistemáticos por meio do Grupo de Trabalho (GT). As estruturas desconcentradas e descentralizadas dos serviços integrantes do GT terão um papel importante na governança multissetorial para a complementaridade dos atores locais.

8.2. Seguimento e avaliação

A monitorização e avaliação deste roteiro serão realizados pelo Ministério da Saúde em colaboração com o Ministério de Agricultura e Ambiente com o apoio técnico da OMS.

Para garantir a eficiência na implementação das ações do roteiro, um plano específico de monitorização e avaliação será desenvolvido pelo INSP em colaboração com a Direção Nacional de Saúde. Este plano será partilhado com todas as partes interessadas e terá por base os seguintes objetivos: (i) definir o objetivo e as áreas de investigação com as partes interessadas; (ii) Identificar o tipo de informação e os indicadores de desempenho a descrever para assegurar o adequado acompanhamento da sua implementação de acordo com os objetivos previamente selecionados no referido roteiro; (iii) implantar um bom quadro de comunicação e informação para melhor aproveitamento dos resultados alcançados após sua implementação

periódica; (iv) disponibilizar informações à autoridade responsável por tomar decisões corretivas para orientar a implementação deste roteiro à medida que avança.

Além disso, será organizado como parte do acompanhamento: saídas conjuntas com os atores envolvidos sob a responsabilidade do GT e como parte das revisões anuais conjuntas para ter uma visão geral dos fatores que podem dificultar a realização dos objetivos definidos neste Estratégia para o desenvolvimento de um sistema de saúde ecologicamente sustentável.

9. FINANCIAMENTO DO ROTEIRO

O financiamento deste roteiro será através do apoio dos parceiros técnicos e financeiros e dos orçamentos das políticas e estratégias ajustadas pelo Governo de Cabo Verde. O financiamento e implementação deste roteiro será feito num espírito de trabalho colaborativo entre o Governo da Cabo Verde e os parceiros técnicos e financeiros para melhores retornos.

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática	2023				2024				2025							
			T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4				
	Responsabilidade e participação da comunidade.	As principais políticas e estratégias dos setores determinantes da saúde refletem as mudanças climáticas e as considerações de saúde tanto em relação à adaptação (por exemplo, planos de segurança da água resilientes ao clima) quanto à mitigação (por exemplo, co-benefícios de saúde nas políticas de transporte). Avaliações de impacto na saúde realizadas para novas políticas e programas de mitigação e adaptação em todos os setores determinantes da saúde, de acordo com o artigo 4.1.f da UNFCCC.																
2. Força de trabalho em saúde	Aproveitar os esforços, padrões e melhores práticas existentes em todos os níveis Concentre-se nas necessidades dos atores. Para garantir a implementação de intervenções precisas, qualquer iniciativa de desenvolvimento de capacidade em qualquer nível deve começar por uma avaliação da capacidade do sistema de saúde correspondente Fomentar a colaboração e parcerias, especialmente com e entre países e regiões, e dentro e entre departamentos e unidades relacionados	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática Cursos de treinamento sobre mudanças climáticas e tópicos de saúde direcionados ao pessoal de saúde realizados. Currículos sobre mudança climática e saúde desenvolvidos e transmitidos em níveis técnico e Universitário Planos de contingência para a implantação de pessoal de saúde suficiente em caso de choques agudos e surtos desenvolvíveis no nível relevante (ou seja, nacional, provincial, local).																

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática	2023				2024				2025										
			T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4							
3. Avaliação de vulnerabilidade, capacidade e adaptação	Melhorar a sustentabilidade dos esforços de capacitação, integrando as mudanças climáticas nas fases iniciais da formação profissional em saúde	Planos de capacitação realistas e inovadores (por exemplo, a partir de avaliações de capacidade ou vulnerabilidade e adaptação) desenvolvidos para abordar os recursos humanos identificados e as lacunas de capacidade institucional.																			
	Envolver-se com públicos mais amplos fora da comunidade de saúde central, incluindo outros setores, mídia e grupos comunitários.	Contingências, custos de adaptação e perdas e danos potenciais das mudanças climáticas incorporados pela equipe de gestão nos planos de investimento.	Desenvolvimento e implementação de planos de comunicação interna e externa (incluindo o desenvolvimento de produtos de conhecimento e mudanças climáticas e opções de resposta direcionadas a públicos-chave, como profissionais de saúde e tomadores de decisão, comunidades, mídia e outros setores.																		
Avalie o quadro e o escopo	Estabelecer condições de linha de base	Profissionais de saúde, mídia e líderes comunitários treinados em comunicação de risco, incluindo comunicação de incerteza.																			
			Fórum de partes interessadas sobre proteção da saúde contra as mudanças climáticas estabelecido como forma de engajar os setores determinantes da saúde e a comunidade.																		
Avaliar os potenciais impactos na saúde das futuras mudanças climáticas	Avaliar os potenciais impactos na saúde das futuras mudanças climáticas	Taxas de linha de base e sensibilidade climática das condições de saúde, permitindo a seleção de riscos prioritários e monitoramento contínuo das mudanças nas condições de risco e estado de saúde avaliado.																			
			Populações mais vulneráveis e áreas propensas a riscos à saúde das mudanças climáticas identificadas.																		

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	2023				2024				2025			
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
	<p>Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática</p> <p>Mapas de risco e análise de tendências sazonais em doenças usados para direcionar recursos e medidas preventivas para aqueles em maior risco.</p> <p>Planos de contingência para prestação de serviços de saúde em eventos climáticos extremos, ou entrega de intervenções para controle de surtos de doenças infecciosas em novos locais, desenvolvidos e testados.</p>												
	<p>COMPROMISSO</p> <ul style="list-style-type: none"> Controle de doenças transmissíveis (particularmente por unidades de controle de doenças zoonóticas e transmitidas por vetores) Doenças não comunicáveis Água e saneamento Nutrição, higiene e segurança alimentar Saúde Ocupacional Saúde Ambiental Saúde materna e infantil Geriatría Saúde mental Gestão de desastres e emergências Gestão de instalações Estatísticas e informações de saúde Farmacías. 												
6. Preparação e gestão de emergências	<p>Gestão de riscos de mudança de extremos climáticos e desastres</p>												
	<p>Riscos de saúde sensíveis ao clima incluídos na estratégia e planos nacionais de redução de desastres e processos de desenvolvimento mais amplos.</p> <p>Avaliações de risco para exposição atual e futura projetada a eventos climáticos extremos são rotineiramente usadas para informar os planos de desenvolvimento estratégico do setor de saúde.</p>												

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	2023				2024				2025			
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
		<p>Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática</p> <p>Planos de contingência do setor de saúde para eventos climáticos extremos desenvolvidos, incluindo redução de risco, preparação e resposta, de acordo com a estrutura de resposta a emergências da OMS.</p> <p>Planos de resposta a emergências para unidades de saúde individuais definidos e implementados em caso de necessidade.</p> <p>Mecanismo de partes interessadas para apoiar a participação, o diálogo e a troca de informações, para capacitar a sociedade civil e os grupos comunitários como atores principais na preparação e resposta a emergências.</p> <p>Programas de desenvolvimento de capacidades implementados para identificar e apoiar os papéis das comunidades locais para identificar riscos, prevenir a exposição a perigos e tomar medidas para salvar vidas em eventos climáticos extremos.</p>											

PILAR/ COMPONENTE	COMPROMISSO	2023			2024			2025					
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
7. Clima e financiamento da saúde	<p>Resultados mensuráveis para aumentar a resiliência climática</p> <p>Recursos para aumentar a resiliência à variabilidade climática e às mudanças climáticas incluídos como item de linha nos planos nacionais ou subnacionais de investimento em saúde.</p> <p>Propostas para doadores externos para apoiar o controle de doenças sensíveis ao clima (por exemplo, GFATM no controle do paludismo) incluíram variabilidade e mudanças climáticas.</p> <p>Triagem para variabilidade climática, riscos de mudanças climáticas e proteção da saúde, incluída como critério para selecionar investimentos em setores determinantes da saúde, como água e saneamento e segurança alimentar e nutricional.</p> <p>Impactos das mudanças climáticas na saúde monitorados em programas financiados por meio de mecanismos financeiros específicos para setores determinantes da saúde.</p> <p>Projetos e programas para a construção da resiliência do sistema de saúde apresentados e concedidos pelos principais fundos internacionais de mudanças climáticas (por exemplo, GEF, GCF, Fundo de Adaptação, doadores bilaterais).</p>												

11. PERCEPTIVOS

No primeiro ano após a aprovação da Estratégia para o desenvolvimento de um sistema de saúde ecologicamente sustentável, o INSP, com o apoio técnico e financeiro de parceiros, incluindo a OMS, deverá realizar uma série de atividades/ações como parte da implementação dos compromissos da Cabo Verde com a COP das Mudanças Climáticas.

- Revisão da política nacional de saúde pública e da estratégia de gestão de resíduos biomédicos;
- Revisão do Plano Nacional de Adaptação do Sector da Saúde (PNAS) às mudanças climáticas e sua integração no PAN da Cabo Verde;
- Realização de uma avaliação de linha de base das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do sistema de saúde, incluindo cadeias de suprimentos;
- O desenvolvimento de um Plano Nacional de Mitigação de Carbono (PNAC) para o sistema de saúde com base na avaliação de linha de base;
- O estabelecimento de um centro de controle de toxicidade e estações de monitorização da qualidade do ar

12. RECOMENDAÇÕES

O Governo da República de Cabo Verde, empenhado no quadro das iniciativas do programa de saúde da COP26, mostra mais uma vez, não só, a sua vontade de fazer Cabo Verde, um país resolutamente empenhado na luta contra a desregulamentação global do clima, mas também um país preocupado com o bem-estar de sua população e do mundo inteiro. No entanto, para atingir os compromissos, é imprescindível que as ações definidas neste roteiro sejam implementadas. Para fazer isso, recomendamos:

Este Roteiro apresenta uma série de recomendações de alta prioridade, aqui resumidas para os principais atores envolvidos.

Às autoridades / Decisores (Ação Governamental):

- Mobilizar recursos e parcerias para a materialização das contribuições nacionalmente determinadas (NDC) incluídas no Acordo de Paris assumidas pelo País;
- Tomar medidas legislativas, regulatórias e financeiras: uma análise completa, focada nas mudanças climáticas, da legislação, da regulação e dos mecanismos de financiamento dos serviços de saúde no nível nacional e municipal. Adicionalmente, a criação de um conjunto de recomendações políticas especificamente adaptadas e de análises de custo-benefício, pode ajudar a acelerar a descarbonização e a preparação para as mudanças climáticas tanto nos serviços de saúde públicos quanto privados.
- Assumir compromissos nacionais e internacionais para atingir emissões zero: sinalizar a intenção de atingir emissões zero líquidas até 2050. Hospitais públicos, sistemas de saúde, e serviços de saúde governamentais prontos a comprometer-se com o objetivo de emissões zero também podem aderir à campanha Race to Zero da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC),
- Desenvolver diretrizes nacionais e planos de ação nacional e locais para a descarbonização dos serviços de saúde. Como parte deste esforço, o governo deve estabelecer os sistemas e garantir a capacidade de medir e acompanhar a pegada climática dos serviços de saúde nos níveis das instalações, nacional e locais;

- Implementar estratégias de descarbonização e resiliência, como o fornecimento de energia renovável à saúde no local, a fim de melhorar o acesso à prestação de cuidados de saúde, promovendo simultaneamente a resiliência das instalações, do sistema e da comunidade.
- Desenvolver a liderança climática dos serviços de saúde: Fomentar o desenvolvimento das capacidades dos trabalhadores da saúde, incluindo liderança, em todos os níveis.
- Criar por decreto conjunto do MS e do MAA, o Grupo de Trabalho (GT) permanente sobre Mudanças Climáticas-Saúde-Ambiente para a implementação dos compromissos do país no âmbito das iniciativas do programa de saúde da COP26, sob a responsabilidade do MS;
- Criar dentro do MS, um comitê de orientação e monitorização-avaliação para a implementação desta estratégia;
- Disponibilizar recursos financeiros, materiais e humanos ao MS para facilitar a implementação das ações prioritárias identificadas;
- Incluir/criar a rubrica Mudanças Climáticas e Saúde no orçamento do MS para facilitar e sustentar o financiamento para a resiliência do sistema de saúde às Mudanças climáticas;
- Iniciar reformas que promovam a integração das questões das mudanças climáticas nas políticas públicas;
- Fortaleça as relações inter e multissetoriais para promover a complementaridade da ação pública.
- Incluir a saúde nas políticas climáticas nacional e municipais, seguindo uma abordagem de incluir a saúde em todas as políticas públicas, o setor saúde deve trabalhar em estreita colaboração com todos os setores relevantes para assegurar que o governo desenvolva políticas climáticas intersectoriais fortes que protejam a saúde pública das mudanças climáticas, apoiando simultaneamente a descarbonização e a resiliência da assistência à saúde.

Aos parceiros de desenvolvimento técnicos e financeiros: OMS, PNUD, UNICEF, Expertise bilateral, etc.

As agências das Nações Unidas, agências de cooperação bilateral, instituições financeiras internacionais e grandes fundações, prestam assistência para o desenvolvimento da saúde. Todos esses órgãos precisam desempenhar um papel importante em alinhar e alcançar, simultaneamente, os objetivos globais climáticos e a saúde Nacional.

- As Agências das Nações Unidas principalmente a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, e outras agências das Nações Unidas têm um papel de liderança crucial a desempenhar na defesa e aceleração da descarbonização do setor da saúde, fornecendo orientação política, técnica e financeiro necessário ao ministério da saúde para facilitar a implementação dos compromissos.
- Instituições financeiras internacionais e cooperação bilateral: Instituições como o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, as agências de ajuda bilateral e as grandes fundações, que prestam apoio significativo ao desenvolvimento da saúde, devem integrar princípios e estratégias inteligentes, em matéria de mudanças climáticas, no seu apoio à saúde, à concessão de empréstimos e à orientação política.
- Para as organizações que financiam a mitigação e adaptação às mudanças climáticas – especialmente os mecanismos financeiros de acordos ambientais multilaterais, como o Fundo Global para o Ambiente e o Fundo Verde para o Clima – devem integrar a saúde nos seus programas e critérios de concessão de financiamento.
- Reforçar as capacidades do Governo, em particular do Ministério da Saúde sobre os mecanismos de mobilização e absorção de fundos sobre mudanças climáticas;
- Apoiar o Governo no desenvolvimento de projetos/programas e na mobilização de fundos na área da saúde, ambiente e mudanças climáticas.

Sector Privado

- Sistemas e instalações de serviços de saúde privados e sem fins lucrativos: Hospitais e sistemas de saúde geridos por corporações sem fins lucrativos e empresas com fins lucrativos podem estabelecer objetivos ambiciosos para a descarbonização, integrando os seus esforços com iniciativas de resiliência. Os estabelecimentos de prestação de saúde e sistemas de saúde podem comprometer com a campanha Race to Zero da CQNUMC para reduzir 50% das emissões até 2030 e atingir emissões zero até 2050;
- Fabricantes e fornecedores podem tomar ações para descarbonizar a sua produção, embalagem e transporte de produtos. Podem também criar produtos altamente eficientes em termos energéticos ou de baixas ou emissões zero. Adicionalmente, podem inovar e projetar os seus produtos para uma economia circular que seja sustentável, não tóxica, e que minimize o desperdício e fomente a reutilização, enquanto defendem uma descarbonização da sociedade e da economia em geral;
- Promover ações intersectoriais em matéria de clima e saúde, colaborar com a cadeia de abastecimento do setor da saúde para promover um consumo energético, edifícios, transportes, produtos farmacêuticos, agricultura e indústria não poluentes. Incentivar o espírito inovador e uma abordagem económica circular.

Sociedade Civil

- A sociedade civil no setor da saúde deve desempenhar um papel central como defensora da descarbonização na economia e na sociedade em geral.
- Os profissionais da saúde podem influenciar o comportamento tanto dos pacientes quanto dos políticos. A voz da saúde – de médicos e enfermeiros em particular – é a voz de maior confiança junto as comunidades;
- Apoiar a implementação de compromissos e políticas climáticas a nível social e comunitário que limitem a poluição atmosférica, protejam a saúde pública contra as mudanças climáticas e fomentem a descarbonização do setor da saúde;
- As organizações da Sociedade Civil e ONG´s podem ajudar a liderar alertando sobre a crise climática principalmente para o sector da Saúde ajudando a proteger a saúde pública da crise climática, levando o setor da saúde a traçar uma rota para reduzir as emissões e impulsionar a mudança necessária para alcançar a equidade em saúde e a neutralidade climática.

13. CONCLUSÕES

Este roteiro é o resultado de consultas e reflexões multilaterais entre especialistas nacionais e parceiros estratégicos do Governo no setor da saúde pública em Cabo Verde.

No final desta reflexão, é muito óbvio que a implementação dos compromissos no âmbito das iniciativas do programa de saúde da COP26 requer intervenções de reforma para o desenvolvimento socioeconómico sustentável.

A estratégia centra-se em 7 pilares temáticos que estão intimamente ligados e são essenciais para tornar o sistema de saúde cabo-verdiano um sistema sustentável, de baixo carbono e resiliente ao clima. São eles: (i) Liderança e governança da implementação dos compromissos; (ii) Força de Trabalho em Saúde; (iii) Avaliação de Vulnerabilidade, capacidade e Adaptação; (iv) Monitorização de risco integrado e alerta antecipado (v) programa de Saúde Informados pelo Clima; (vi) Preparação e gestão de emergências; (vii) Clima e financiamento da saúde. Um total de quarenta e cinco (45) ações prioritárias foram definidas, incluindo: sete para o pilar de Liderança e governança da implementação dos compromissos, oito (8) ações no nível Força de Trabalho em Saúde, sete (7) ações Avaliação de Vulnerabilidade, capacidade e Adaptação; oito (8) ações Monitorização de risco integrado e alerta antecipado; quatro (4) programa de Saúde Informados pelo Clima; seis (6) Preparação e gestão de emergências e; cinco (5) Clima e financiamento da saúde

ANEXOS

Principais Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e seus Indicadores ligados à saúde ao as mudanças Climáticas

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar nos domicílios e no meio ambiente

3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída a água insalubre, saneamento inadequado e falta de higiene (exposição a serviços de água, saneamento e higiene inadequados para todos (WASH))

3.9.3 Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

6.1.1 Proporção da população que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura

6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura e instalações para lavagem das mãos com água e sabão

6.3.1 Proporção de águas residuais tratadas de forma segura

6.a.1 Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa

6.b.1 Proporção das unidades administrativas locais com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável moderno e a preço acessível à energia

7.1.2 Porcentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

8.8.1 Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, por sexo e situação de migração

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.6.2 Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada)

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável
Questões Sistêmicas: Coerência política e Institucional

17.14.1 Número de países com mecanismos para reforçar a coerência das políticas de desenvolvimento sustentável

MINISTÉRIO
DA SAÚDE

GOVERNO DE
**CABO
VERDE**
A TRABALHAR PARA TODOS.

PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO DA SAÚDE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS 2023 – 2027



INSP
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
CABO VERDE

PRAIA, JULHO DE 2023



**Organização
Mundial da Saúde**

Cabo Verde